



Nota Pública de repúdio, em razão da perseguição e abusos contra as famílias educadoras.

Última Atualização: 01 Agosto 2019

Há muito tempo, famílias brasileiras vêm sofrendo denúncias injustas e processos judiciais devido à opção pela Educação Domiciliar de seus filhos, um direito humano reconhecido em tratados internacionais dos quais o nosso País é signatário, bem como em desrespeito aos preceitos da Constituição Federal.

No Brasil, mais de uma centena de famílias educadoras estão, atualmente, sendo denunciadas, humilhadas e acusadas indevidamente de abandono intelectual (mesmo quando apresentam provas inequívocas de oferecimento de educação, não raras vezes superior à do ensino escolar) por alguns conselhos tutelares e promotorias públicas. Algumas são até mesmo multadas e ainda ameaçadas absurdamente de prisão e perda da guarda de seus filhos.

Na região sul do Brasil ocorre cerca de 70% destes processos judiciais.

Um caso aviltante ocorre, atualmente, no município de Panambi/RS, cidade de pouco mais de 40.000 habitantes. Muitas famílias ali aderiram à Educação Domiciliar, porém dez dessas foram denunciadas, processadas, e estão sendo obrigadas a matricular seus filhos na escola, sob ameaça de pena de prisão e multa por crime de desobediência.

O escândalo é ainda maior porque a maioria destes pais sequer foi ouvida pelo representante do Ministério Público local, que assina a peça acusatória enviada ao Juizado da Infância e da Juventude. ????

São onze crianças e adolescentes envolvidos nos processos, que tiveram sua vida familiar gravosamente perturbada, correm o risco de terem seus pais retirados de seu convívio, e, pior, de vê-los atrás das grades! E não se confunda famílias educadoras com famílias não-protetivas, estão ambas em antípodas, sentidos diametralmente opostos.

Neste caso espantoso, esses pais sofrem por educarem seus próprios filhos o melhor que podem. A ANED tem buscado auxiliar os advogados das famílias panambienses, que têm utilizado todos os recursos





seja legalmente vedada: "Art. 5º, II. ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."

Enquanto dura este "ping pong" burocrático, famílias educadoras, crianças e pais dedicados, sofrem gravosos julgamentos, sendo marginalizados injustamente. Por esta razão, tivemos mobilização nacional em março de 2019, requerendo a regulamentação, para estancar com urgência, esta sanha persecutória algoz e inexplicável.

O Poder Executivo Federal, por intermédio do Presidente da República e com os subsídios técnicos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MMFDH e do Ministério da Educação - MEC enviou o PL nº 2.401/2019 ao Congresso Nacional, para apreciação pelo Poder Legislativo, reconhecendo o direito das famílias e propondo a sua regulamentação. Porém, mesmo que os parâmetros regulamentares ainda não tenham sido concluídos, ??? ????? ????????? ?????????? ?? ?????????? ?? ?????????? ????? ????????? ?????????.

O próprio Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH encaminhou orientação aos conselhos tutelares para que não considerassem como abandono intelectual e/ou evasão escolar aqueles que optem pela educação domiciliar, até aprovação de projeto que tramita na Câmara dos Deputados, bem como que as famílias sejam tratadas com a dignidade humana, garantida pela Constituição Federal. Esse cenário hostil contra pais de bem e famílias virtuosas do nosso País é intolerável. Apelamos, portanto, à sensatez da sociedade e dos representantes do Poder Público, para que pacifiquem a celeuma. ??? ?? ??? ?????? ?? ???????, ??? ?? ? ??-????????? ??? ??? ??????

Pleiteamos já o reconhecimento do direito humano natural à educação domiciliar dos nossos filhos e liberdade de exercê-lo sem perseguições e abusos como os que têm sofrido as famílias educadoras de Panambi/RS.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR - ANED

Comments (0)

Add New



Leave a comment

Comments powered by [CComment](#)

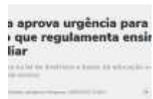
ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Pesquisa importante para o futuro da Educação Domiciliar



Aprovado na Câmara, PL autoriza que pais possam educar filhos em casa Projeto é parte da pauta de costumes...



Câmara aprova urgência para projeto que regulamenta ensino domiciliar





Ensino domiciliar recebe nova relatoria e volta a tramitar na CVJ - Joenville



Educação domiciliar pode estar sendo adotada por 30 mil famílias brasileiras



O que é melhor para as crianças? Uma visão a favor e contra, dita de forma ética e respeitável.



Projeto de Lei que institui ensino domiciliar no Paraná é protocolado



7 estudos estrangeiros que os inimigos do homeschooling vão esconder de você!

